



centro de pesquisa
e desenvolvimento infantil



LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO
DOS DESVIOS DA APRENDIZAGEM
DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLOGIA
UNESP - FFC - MARILIA / SP

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO -PEI E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Volume I



eBOOK

*Andréa Carla Machado
Suzelei Faria Bello
Simone Aparecida Capellini*



Copyright © Autoras

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras.

Andréa Carla Machado; Suzelei Faria Bello; Simone Aparecida Capellini

Plano Educacional Individualizado - PEI e suas contribuições para inclusão escolar. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 30p.

ISBN: 978-65-5869-896-8 [Digital]

1. Plano Educacional Individualizado. 2. Contribuições. 3. Inclusão escolar. I. Título.

CDD – 370

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2022



Profª. Dra. Suzelei Faria Bello
FONOAUDIÓLOGA

suzebello@gmail.com

Fonoaudióloga

Fonoaudióloga. Professora Titular do Departamento de Fonoaudiologia e dos Programas de Pós-graduação em Educação e em Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC/UNESP, Marília (SP). Membro do Collegio dei Docenti del Corso di Dottorato in Formazione, Patrimonio Culturale e Territori presso l'Università di Macerata, Macerata, Itália. Coordenadora do Laboratório de Investigação dos Desvios da Aprendizagem (LIDA) do Departamento de Fonoaudiologia – FFC/UNESP – Marília (SP). Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Linguagem, Aprendizagem, Escolaridade". Coordenadora do Departamento de Fonoaudiologia Educacional da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), gestões 2017-2019 e 2020-2022.



Profª. Dra. Andréa Carla Machado
PEDAGOGA E PSICOPEDAGOGA

decamachado@gmail.com

Psicopedagoga

Linguista, Pedagoga e Psicopedagoga. Mestre e Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Estágio doutoral em Special Education pela University of Georgia, UGA, EUA. Pós-doutorado em Psicologia pela UFSCar. Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Marília. Membro do Laboratório de Investigação dos Desvios de Aprendizagem – LIDA. Pesquisadora e Psicopedagoga Clínica do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Infantil-CPEDi. Consultora e supervisora na área de Educação Especial e Inclusiva.



Simone Aparecida Capellini
FONOAUDIÓLOGA

sacap@uol.com.br

Fonoaudióloga

Fonoaudióloga. Livre Docente em Linguagem Escrita – FFC/UNESP-Marília-SP. Docente do Departamento de Fonoaudiologia e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC/UNESP - Marília-SP. Membro do Collegio dei Docenti del Corso di Dottorato in Formazione, Patrimonio Culturale e Territori presso l'Università di Macerata, Macerata, Itália. Coordenadora do Laboratório de Investigação dos Desvios da Aprendizagem (LIDA) do Departamento de Fonoaudiologia – FFC/UNESP - Marília-SP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Coordenadora do Departamento de Fonoaudiologia Educacional da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), Gestões 2017-2019 e 2020-2022.

APRESENTAÇÃO

Como profissionais de interconexão direta com a Educação torna-se urgente aprimorar nossas reflexões e ações diante de contribuições que possam proporcionar sucesso na vida acadêmica de crianças e jovens que enfrentam barreiras educacionais que devem ser sensíveis aos agentes que se inserem nesse contexto.

Assim, esse e-book “Plano Educacional Individualizado – PEI e suas contribuições para a inclusão escolar” – Volume I, propõe de forma objetiva e prática adentrar em um tema de complexa compreensão, apoiar com as ferramentas necessárias para impactar de forma possível a vida acadêmica dos alunos que precisam de apoio no percurso da vida escolar.

Propomos um entendimento do tema que visa auxiliar na compreensão da lacuna de desvantagem significativa e encontrar uma maneira possível de oferecer suporte e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais a fim de apontar para um ensino que venha ter excelência, prazer em estar na escola e que é de direito.

Esse material é uma mensagem inicial para cada vez mais nos aproximarmos de programas individualizados que atenda a necessidade de cada aluno em sua localidade e realidade, com instruções para apoiar famílias, professores e especialistas a compreenderem seu papel na ação inclusiva, oferecendo apoio e suporte tecendo abordagens específicas de alta relevância com modelos para usar intervenções cuidadosas e aptos a implementações de forma eficaz.

As autoras

Os termos “crianças com necessidades educacionais especiais” e “crianças público-alvo da Educação Especial” neste estudo referem-se às crianças com atraso no seu desenvolvimento considerando sua faixa etária e escolaridade. Necessitando assim, de programa de intervenção de cunho preventivo, pois caracterizam-se crianças de risco, segundo a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

SUMÁRIO

01

Reconhecendo a inclusão escolar no panorama internacional e nacional.

02

O que os documentos nacionais garantem em relação a inclusão escolar.

03

Recomendações para abordagens colaborativas como evidência científica no contexto inclusivo.

04

O que são adaptações curriculares em uma escola inclusiva.

05

Os componentes de um Plano de Ensino Individualizado (PEI).

06

Objetivos e Metas: os responsáveis pelo bom planejamento.

07

Medidas repetidas e monitoramento de alunos em uma sala de aula.

08

O PEI e suas implicações para o desenvolvimento da aprendizagem.

RECOMENDAÇÕES PARA LEITURA DOS VOLUMES

O volume I traz o início de uma reflexão sobre a temática do plano educacional individualizado que urge no contexto educacional e suas interconexões, assim para alavancar o tema e sua compreensão um sucinto, mas valoroso panorama sobre a educação inclusiva no nosso país e nos domínios internacionais, a fim de dinamizar o contexto e ancorar em respaldos já delineados pela ciência.

Suplementando a importância dos documentos que subsidiam as ações no Brasil que devem ser reconhecidos para que a prática frente a educação inclusiva cresça sustentada, cada vez mais, em ações efetivas valoriza-se os apontamentos para atributos de cada agente envolvido no processo de implementação e sustentação de uma educação inclusiva.

Tendo na Educação Especial as práticas colaborativas como um reconhecimento da ciência e, apontadas nesse volume, como uma possibilidade de caminhar em colaboração entre os diferentes agentes educacionais rumo a educação inclusiva, ressalta-se as particularidades do perfil de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais e sobretudo a importância do reconhecer e fundamentar os suportes e serviços frente a realidade que são impostas no contexto a ser analisado.

Assim, esse volume se finda clareando o tema da adaptação curricular que entrelaça um conjunto de ações de ordens diversas, deixando claro que não é um componente que se implementa isolado, mas sim incorporado numa análise de diversos fatores que novamente recai sobre a necessidade de adentrar nas propostas inclusivas como uma conjunto de ações coletivas e colaborativas em que cada agente reconheça seu papel no processo e incorpore ações efetivas diante do aluno alvo que deve ser reconhecido em suas necessidades e individualidades.

Em relação ao exposto, nesse volume serão abordados os quatro primeiros itens do sumário, deixando os seguintes para serem desenvolvidos no volume II.

Visto isto, desejamos uma leitura prazerosa e recheada de novas ideias oferecendo ao leitor um panorama do continuum de ações que devem ser subsidiadas e implementadas sob a luz da ciência.

01 A INCLUSÃO ESCOLAR NO PANORAMA INTERNACIONAL E NACIONAL

Na história da Educação Especial que perpassa pelo declínio de esforços educacionais e a retomada do cuidado custodial, pelas institucionalizações à consolidação dos principais componentes que seriam um corpo teórico-conceitual de conhecimento científico, um conjunto de propostas pedagógicas e políticas para a organização de serviços educacionais direcionando para os movimentos sociais pelos direitos humanos.

Um reflexo da democratização crescente das sociedades e que intensificou e sensibilizou a sociedade sobre os prejuízos da segregação e marginalização. Tal movimento de certa forma alicerçou uma espécie de base para a proposta do direito de todos poderem participar de programas e atividades cotidianas acessíveis para demais crianças.

Assim, iniciou-se o percurso do contexto histórico apontava um avanço científico representado pela comprovação das potencialidades educacionais e de evidências científicas direcionados aos serviços educacionais.

Muitas das iniciativas atualmente contempladas nos princípios da educação inclusiva surgiram nos países desenvolvidos a partir da década de 60, então sob a denominação da filosofia de “normalização e integração”.

Embora surgido nos países escandinavos, o princípio de normalização foi amplamente difundido pela Europa e América do Norte. As subsequentes implicações surgiram a partir de outras propostas (Tannús, 2018) que operacionalizaram o conceito de normalização de serviços em ambientes vivenciados por indivíduos com deficiências.

No âmbito educacional, a medida política que parece ter causado maior impacto na Educação Especial e que se relacionava a esta questão da normalização e integração foi a promulgação da lei pública 94-142, nos Estados Unidos que assegurou educação pública apropriada para todas as

crianças com necessidades educacionais especiais em alternativas menos restritivas incentivando a implementação gradual de serviços educacionais.

Assim, é importante salientar que a integração escolar não era concebida como uma questão de tudo ou nada, mas sim como um processo com vários níveis por meio do qual o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos.

No âmbito da educação o modelo integração remete ao significado que foi mais para o sentido de compor, juntar as partes separadas e não a derivada do latim “integrare” integro. Por razões históricas parece ter sido mais utilizado o primeiro sentido indicado, passando a significar na prática, a mera colocação de pessoas com deficiência juntamente com pessoas na mesma escola.

O que se pode observar a partir da década de 80, nos países desenvolvidos, forma algumas mudanças nos rumos da Educação Especial. Nos países europeus, o movimento pela integração escolar parece ter sido um processo de evolução contínua de ampliação de acesso e melhoria na qualidade dos serviços.

O conjunto desses esforços de reforma veio a ser conhecido como “reestruturação escolar” e tiveram como alvo melhorar a educação da população de risco. A reestruturação das escolas aumentou a consciência e o respeito à diversidade e produziu mudanças no papel da escola, que passou a responder melhor às necessidades de seus diferentes estudantes provendo recursos variados.

A partir dos da década de 90, o contexto histórico parecer reforçar cada vez mais a ideologia da educação inclusiva para os alunos com necessidade educacionais especiais. O termo “educação inclusiva” foi uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado de “inclusão social”, que é proposto como um novo paradigma, que implicaria na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Nesse sentido, a construção de uma sociedade inclusiva passou a ser considerada como um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e para a manutenção de um estado democrático, e a Educação inclusiva se configura numa parte integrante e essencial desse processo.

Na atualidade podem-se observar duas correntes diferentes na perspectiva da Educação inclusiva como propostas divergentes: “inclusão e a inclusão total”.

Em resumo, ao longo dos últimos trinta anos, tem acontecido um grande debate acerca das vantagens e desvantagens da integração e/ou inclusão do aluno com necessidades especiais na classe comum da escola regular e muito controvérsias sobre como deve ser essa inserção.

Assim, o princípio da inclusão escolar passa a ser defendido como “uma proposta de aplicação prática no campo da educação, de um movimento mundial denominado inclusão social” (Mendes, 2006, p. 395). A construção de uma sociedade inclusiva torna-se fundamental para a consolidação e desenvolvimento do estado democrático, em que a educação inclusiva é uma parte integrante e essencial. O princípio da inclusão se globaliza, as teorias e práticas inclusivas passam a ser defendidas em muitos países, inclusive no Brasil. Isso implicaria na necessidade de reformas educacionais, prevendo alterações nos currículos, nas formas de avaliação, na formação dos professores, nas estruturas físicas das escolas e na adoção de uma política educacional mais democrática (Mendes, 2006).

No entanto, em outros países, por exemplo, o movimento se assentou em contexto em que já existia um razoável acesso à educação, uma rede diversificada e melhor qualificada de serviços nos quais a perspectiva de educação inclusiva representou apenas um passo natural em direção às mudanças. Aqui a educação inclusiva é ainda uma página em branco de uma história sendo construída (Neto, et, al., 2018).

Segundo Mendes (2010) o futuro da Educação escolar em nosso país dependerá de um esforço coletivo que obrigará uma revisão de postura de

pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Tendo em vista que a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos que estejam em condições de trabalho para que ela possa ser posta em prática, parece essencial investir na pesquisa sobre formação de educadores, bem como a feitura de parcerias com profissionais atuantes do contexto educacional para que se possa pensar em alterar a realidade da inclusão escolar no país.

No entanto, esse texto, primeiro volume merece uma ressalva diante da atual realidade pois, a partir do ano de 2020 a pandemia do Novo Corona vírus com resultados catastróficos assolou a humanidade e com essa calamidade a comunidade escolar foi afetada de modo sem precedentes (FMCSV, 2021), cujos desdobramentos firmarão a importância do desenvolvimento de planos individuais para o ensino de crianças com necessidades educacionais especiais.

02 O QUE OS DOCUMENTOS NACIONAIS GARANTEM EM RELAÇÃO A INCLUSÃO ESCOLAR

No Brasil, a educação inclusiva se delineia de forma mais presente desde a promulgação da LDB (Lei nº9.384, de 20 de dezembro de 1996), perpassando por Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e mais recentemente Em 2015, para alavancar as políticas de inclusão, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 – também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência – que reúne todos os dispositivos legais anteriores que abarcam os direitos das pessoas com deficiência, incluindo e reforçando a inclusão escolar.

Com isso, a partir das legislações nacionais que regulamentam a inclusão escolar, pode-se perceber um crescente número de estudantes matriculados na rede regular de ensino (Kassar, 2011).

Um campo estrutural de políticas que sustenta a aplicabilidade de uma educação inclusiva de qualidade, porém somente a legislação não basta para se efetivar uma ação. Cabe compreender a relevância de uma ação coletiva, envolve diversos agentes órgãos governamentais, educacionais, famílias e o ponto crucial de atenção, o aluno com NEE.

Visto isso, a BNCC (Brasil, 2018) guia a educação para garantia as aprendizagens essenciais para todos e descreve:

[...]todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p. 7).

Após essas medidas políticas, considerou-se pertinente conhecer quais as repercussões que geraram os modos de trabalho docente (Pinto & Leite, 2014) e a abordagem colaborativa culmina no cenário inclusivo como uma prática baseada em evidência (Micthell, 2014).

Em acordo com Santana, Elias, Silva e Coutinho (2020) as adaptações curriculares no contexto da equipe e do trabalho colaborativo apontam o caminho para atender às NEE, porém realizar um levantamento pedagógico para verificar o perfil do aluno se faz essencial, a fim de possibilitar que o sistema educacional e todos os agentes envolvidos possam, em cooperação, esclarecer seus papéis diante do processo de ensino aprendizagem.

No entanto, diante do impacto da aprendizagem das crianças na pandemia do SARS- CoV -2 medidas são enfatizadas pois, de acordo com estudo divulgado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2021) As perdas estimadas são de até 4 meses para linguagem e matemática. Além disso, foi detectado que crianças em situação de maior vulnerabilidade social foram mais fortemente impactadas e aprenderam em um ritmo mais lento do que seus pares. Assim, merecendo controle sobre as variáveis em estarão no processo ensino – aprendizagem.

Portanto, se acordo com o diagrama a seguir explicitado na figura 1 podemos elencar questões que nos ajude a tomada de decisão para a elaboração de um plano que direcionará a individualidade da aprendizagem do aluno elegível para uma atenção às suas necessidades educativas especiais.

Questões

Que instruções na educação regular devem ser tentadas em curto prazo?

É possível que o aluno tenha transtorno do neurodesenvolvimento e precise de mais avaliações?

Passos Avaliativos

Levantamento repertório

Perguntas professores

Preocupação dos pais

Decisões

Decisão

Não Referido

O aluno é referido ou não

Referência

Quem são os professores, terapeutas ou outros profissionais que devem estar envolvidos? Quais abordagens ou procedimentos de avaliação são indicados.

Decisão

Identificar os indivíduos responsáveis pela avaliação e identificar as abordagens e procedimentos de avaliação.

Elegibilidade determinada

O aluno tem transtorno de desenvolvimento?
Que dificuldade o aluno tem?
O aluno atende os critérios de elegibilidade para serviços especiais?

Decisão

Não elegível

O aluno atende ou não os critérios

Fonte: Elaborado pelas autoras.
Figura 1. Diagrama de tomada de decisão.

03

RECOMENDAÇÕES PARA ABORDAGENS COLABORATIVAS COMO EVIDÊNCIA CIENTÍFICA NO CONTEXTO INCLUSIVO.

Sustentar o entendimento de ações práticas e eficazes capaz de contribuir para ampliar as potencialidades dos educandos com diversas demandas de aprendizagem, perpassa pela implementação efetiva da inclusão educacional.

Haja vista que a “educação inclusiva” inspira a eliminação ou a minimização de barreiras à aprendizagem, de forma a efetivar o processo de ensino aprendizagem maximizando recursos para apoiar a aprendizagem e a participação efetiva do educando.

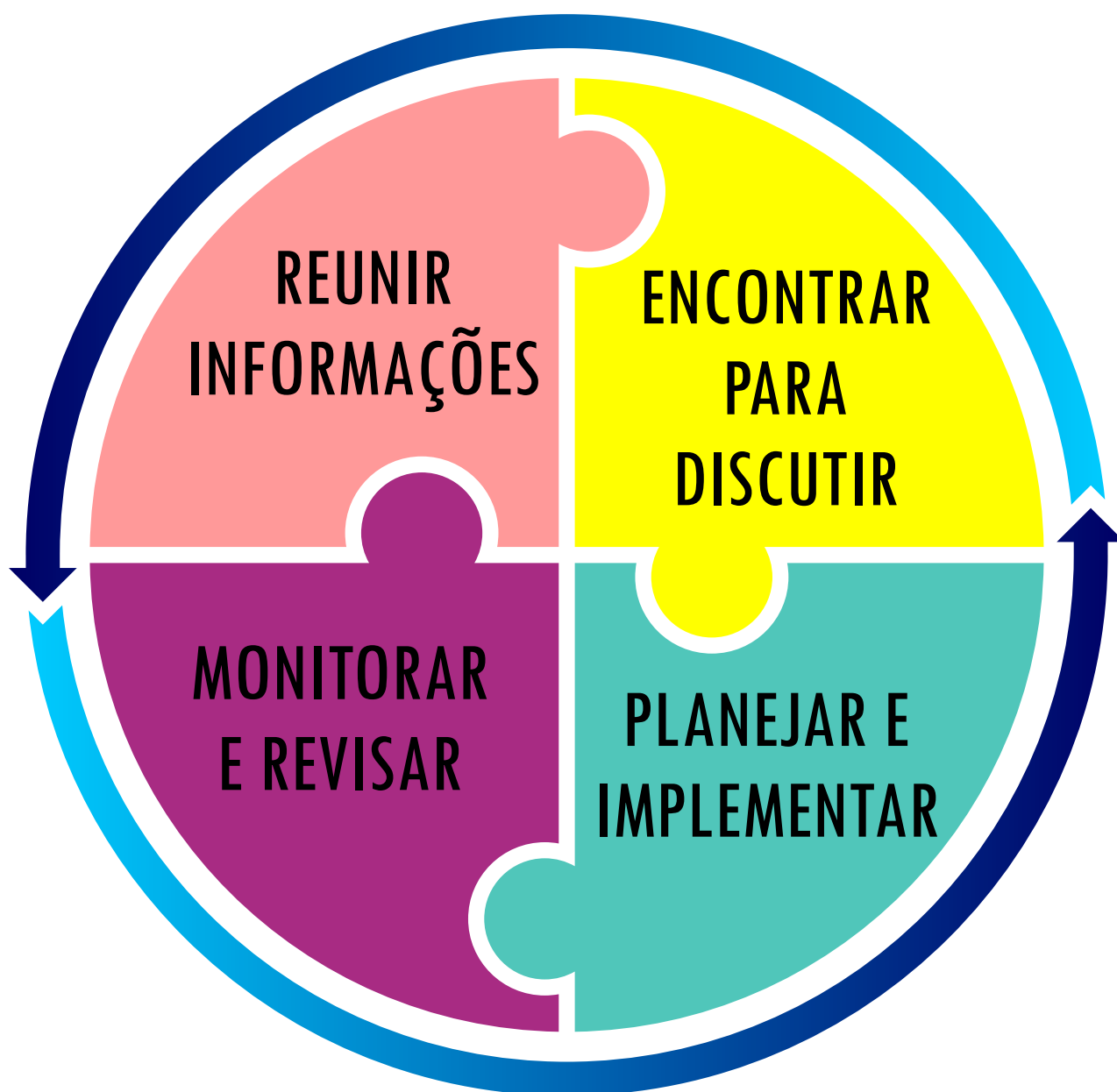
As Necessidades Educacionais Especiais (NEE), entendo esse conceito adotado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que envolve todas as crianças e jovens cujas necessidades abarca deficiências ou dificuldades de aprendizagem. implica na dinâmica de respeito às individualidades sobre o processo de ensino aprendizagem, condizente com a Constituição e as demais diretrizes legais (Constituição Federal, 1988; Lei de Diretrizes e Base – LDB, 1996; Brasil, 2015)

Assim, a lógica de apoio às individualidades está atrelada a uma educação inclusiva que perpassa por reconhecer e adotar práticas eficazes que atendam a demanda dessa população e para tanto o cerne da questão envolve reconhecer o perfil e as particularidades de ensino aprendizagem; capacitar educadores e gestores para garantir aos educandos uma máxima aprendizagem, além de assumir uma ação cooperativa que envolva conexão com pais, educadores e os diversos agentes do contexto educacional (lanes, 2014)

Zerbato e Mendes (2018), Corbett (2003) retratam que para concretização de uma escola verdadeiramente inclusiva torna-se necessário

criar uma rede de apoio que coexista com os diversos agentes educacionais assegurando não somente a participação numa sala de aula, mas sobretudo no acesso ao conhecimento e à aprendizagem.

Agentes que cooperam diante de um aluno alvo cria possibilidades concretas de auxílio de acordo com a particularidade, veja a Figura 2.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 2. Elementos para serem desenvolvidos entre os agentes do processo inclusivo.

O ensino e aprendizagem eficazes requerem interações e cooperações entre os diferentes agentes educacionais e seus alunos, o estudo de revisão sistemática realizado por Rix e colaboradores (2009) explora abordagens inclusivas em que professores que reconhecem ações efetivas inclusivas evidenciam a aprendizagem de seus alunos, aumentando a interação e aprendizagem.

Sabe-se que desde a Constituição Federal de 1988, que assegurar o direito educacional é essencial, visto assim as organizações devem estar atentas ao processo de ensino aprendizagem que seja flexível e dinâmico, contudo, que atenda a diversidade do lócus a ser estabelecido.

Dessa forma, selecionar abordagens e ferramentas de ensino inclusivo baseado no designer universal, possibilita proporcionar múltiplos meios de envolvimento com o processo de ensino-aprendizagem, culminam em ambientes educacionais acessíveis para planejar e criar estratégias instrucionais que culminam nas metas essenciais de aprendizagem para cada aluno, tendo a flexibilidade para alcançar o processo de ensino aprendizagem que responda com eficiência o perfil do aluno,

A maneira que o conteúdo é apresentado para os educandos deve ser acessível a todos, respeitando as suas individualidades para aprender, tendo como princípio a rede de reconhecimento “o que “se aprende; rede de estratégias “como se aprender” e a rede efetiva “porque” de se aprende algo. Assim, tem-se como enfoque pedagógico as “formas” que o conteúdo é apresentado, como o educando expressa seu conhecimento e a motivação para o aprender (Al-Azawei; Serenelli & Lundqvist, 2016)

Visto isso, foram elencados alguns princípios que podem contribuir com a dinâmica inclusiva, observe a tabela 1.

Universal Design for Learning – defende o princípio fundamental de que todos os estudantes são diferentes e apresentam necessidades, habilidades, interesses e experiências de aprendizagem que diferem entre si, portanto formas de aprendizagem diferenciadas (UNESCO, 2004)

Desenho	Aplicabilidade da Instrução	Recursos
Uso qualitativo	A instrução poderá ser oferecida para aluno de acordo com suas habilidades diversas	Audiolivros gravados Filmes, documentários que podem conter legendas
Flexibilidade no uso	A instrução poderá acomodar diversas particularidades individuais	Utilizar várias fontes que cooperam com aquele aluno: livros, documentários, filmes, Projetos educacionais Verificar o formato plausível da avaliação: múltipla escolha, resolução de problemas, ilustrações
Simple e objetivo	A instrução é oferecida de forma direta e objetiva, fácil entendimento pelo aluno	Instruções objetivas e claras Instruções escritas, podem ser repetidas verbalmente Tutoria entre os pares: apoio de colegas
Tolerância ao erro	O instrutor prevê o nível de apoio que o aluno irá precisar, dessa forma flexibiliza as exigências	Acomodações adicionais: parcerias de pais, tutores (professores e colegas) Realizar atividades para receber retorno de como proceder nos próximos A quantidade, intensidade e grau de exigência pode ser flexibilizada de acordo com a demanda
Demanda institucional	A instrução deve ser aplicada às características de cada aluno	O educador modela, faz mediações respeitando a diversidade O feedback é permanente ao aluno O monitoramento e reorganizações dos planos educacionais individuais devem ser rigorosos pelo educador

Fonte: elaborado pelas autoras. Adaptado de Rose e Meyer (2002) e Nelson (2013).

De acordo com Nelson (2013) no processo de aprendizagem o respeito as experiências significativas, as oportunidades de exploração, a motivação, atrelada às potencialidades e particularidades do perfil do aluno, garante maiores oportunidades de instruções adequadas e recursos diversos que criará conexões com diferentes contextos de aprendizagem assim, a generalização.

Outra possibilidade descrita na literatura (Idol; Nevin & Whitcomb, 2000; Kawpworth, 2003; Machado; Bello & Capellini, 2021) que contempla propostas colaborativas seria a “consultoria colaborativa” em que a principal característica desse modelo é levar para os espaços escolares o trabalho de especialistas, denominado consultor (fonoaudiólogos educacionais, psicólogo educacionais, psicopedagogos) em cooperação com os educadores – consultado, essa interlocução se faz presente nesse modelo como tentativa de responder as dificuldades de aprendizagem e de comportamento dos alunos público alvo da educação especial e para tal torna-se salutar compreender a operacionalização do modelo Figura 3 , haja vista que a cooperação se faz impar diante da demanda de aprendizagem e ou comportamento da criança alvo.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 3. Passos para consultoria colaborativa.

04 O QUE SÃO ADAPTAÇÕES CURRICULARES EM UMA ESCOLA INCLUSIVA

Para que as escolas possam ser consideradas inclusiva deve haver um conjunto de fatores que transcorrem pelas políticas de valorização da diversidade, bem como assegurar as práticas pedagógicas que maximize o potencial de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma as adaptações curriculares são repostas educativas que o sistema educacional pode oferecer a todos os educandos que apresentam necessidades educativas especiais, elencando estratégias e atuação docente que possibilite uma ação educativa que atenda o perfil de aprendizagem do aluno, procurando considerar o processo de ensino aprendizagem que atenda a diversidade do aluno no contexto educacional. (Brasil, 1998; Brasil, 2000).

O contexto educacional, deverá mobilizar os apoios e recursos necessários para eliminar ou amenizar as barreiras educacionais que se apresentaram no percurso de ensino e aprendizagem. As adaptações atendem a um currículo flexível, individualizado, personalizado, passível a alterações e que atenda fortemente às NEE (Piza; et. al., 2020)

Para que tais obstáculos possam ser suplementados as legislações educacionais preconizam dois tipos de adaptações curriculares (Brasil, 2002; 2003; 2006)

ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE AO CURRÍCULO

Refere-se a eliminação de barreiras
arquitetônicas e metodológicas.

ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE AO CURRÍCULO

São ajustes realizados no :

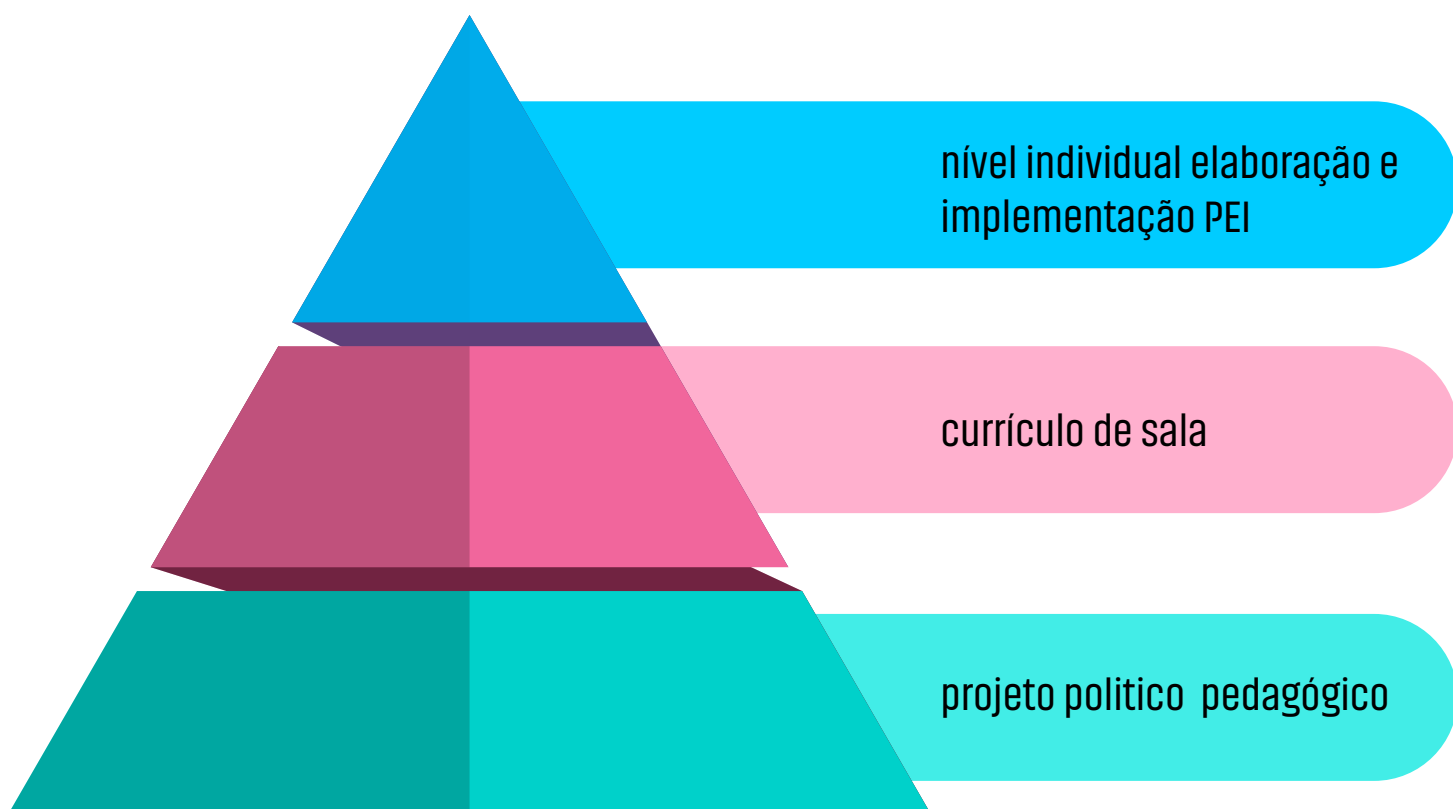
- ✓ planejamento
- ✓ objetivo
- ✓ conteúdo
- ✓ metodologia
- ✓ estratégias de avaliação
- ✓ temporalidade

Fonte: elaborado pelas autoras.
Figura 4. Tipos de adaptações curriculares.

Dessa forma as adaptações devem ser dimensionadas desde a elaboração do planejamento e se sustentará por meio da prática e do monitoramento das atividades (Corbett, 2003).

No entanto, a prática para adaptações necessitam ser entendidas de forma que a nomenclatura do próprio plano de ensino, primeiramente, possa ser compreendido, pois de acordo com Silva e Camargo (2021) funções diferentes do PAEE (plano de atendimento de ensino especializado) elemento construído no Atendimento Educacional Especializado - AEE e do Plano de aula, O PEI - Plano Educacional Individualizado, é também conhecido como Planejamento Educacional Individualizado ou Plano de Ensino Individualizado e é internacionalmente considerado uma metodologia de trabalho colaborativo (Costa & Schmidt, 2019) como apresentado na seção anterior (Machado, Bello & Capellini, 2021).

Tais adaptações podem ocorrer em 3 níveis



Fonte: Elaborado pelas autoras.

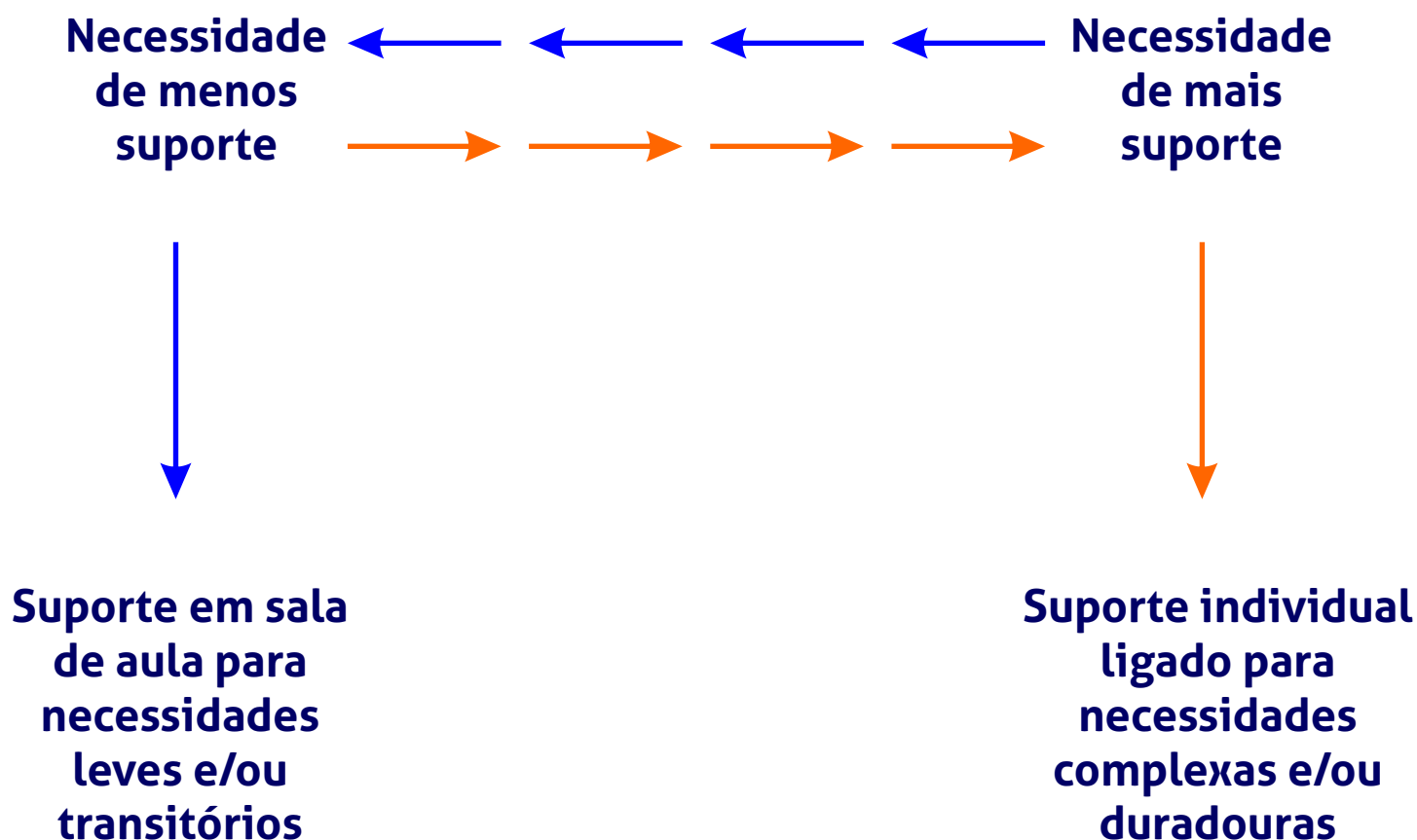
Figura 5. Níveis nos quais podem as adaptações podem ser desenvolvidas.

A flexibilização incorpora as adaptações curriculares à medida que pressupõem enriquecimento, modificações e ou acomodações de acordo com a NEE para acessar o currículo, o ponto de referência para implantação das alterações necessárias, ou seja, a equipe gestora tem o currículo como ponto central para mapear as necessidades educacionais de cada aluno e então realizar as alterações ou ajustes de pequeno ou grande porte que forem necessário. (Aranha, 2000)

Contudo os documentos legais (Brasil, 2002) sinalizam que para realização das adaptações curriculares na escola é importante uma ação coletiva, construída por meio das parcerias nos diversos âmbitos, político, administrativa, pedagógico e familiar, contemplado no projeto político pedagógico alinhavado no contexto educacional de forma a atender a diversidade.

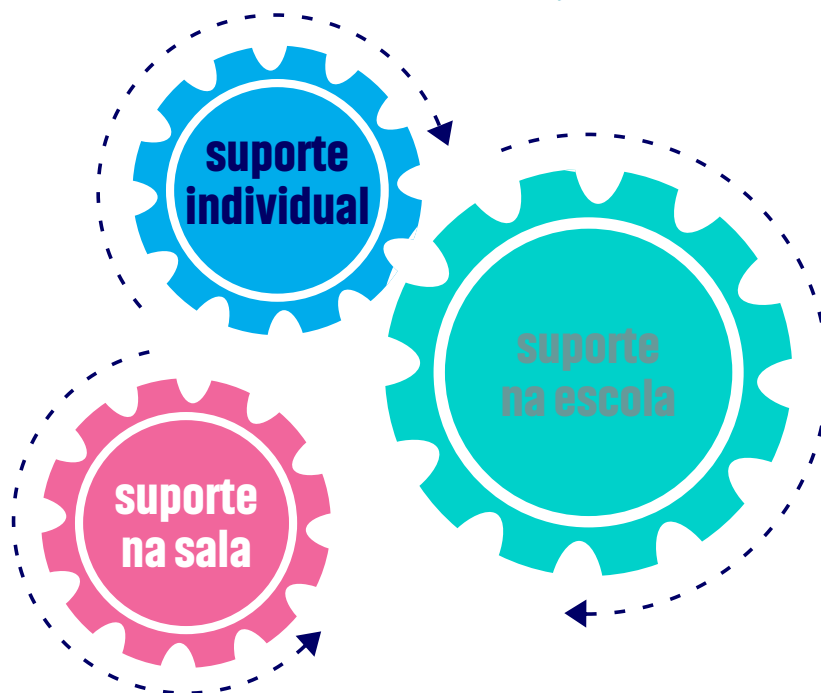
Assim, o contexto de sala de aula sustenta uma responsabilidade de auxiliar na eliminação das barreiras de aprendizagem, o papel preponderante e desafiador do educador se enquadra em motivar e oportunizar com estratégias e recursos voltados ao ritmo de aprendizagem do aprendiz, bem como identificar as competências e responsabilidades, haja vista a observação a todas as manifestações de comportamento sobre o desempenho acadêmico.

Visto isso, o processo de suporte a ser oferecido deverá considerar a NEE do aluno e, portanto, se baseia em um continuum em intensidade e duração. Os ajustes em sala deverão ser realizados por diversas possibilidades e manejos de materiais, estratégias e instruções. Dessa forma como uma alternativa, para tomada de decisão o organograma abaixo poderá auxiliar no suporte a ser oferecido em sala.



Fonte: Elaborado pelas autoras.
Figura 6. Suporte para serviços de apoio.

No âmbito individual investigar as competências e habilidades do educando, reconhecendo o conteúdo que o aluno domina, precavendo suas necessidades de apoio para tanto o planejamento e organização de um plano educacional especializado se faz necessário e deve ser implementado pelo educador em coarticulação com os demais agentes educacionais envolvidos que atuam direta ou indiretamente no processo de aprendizagem.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 7. Dimensão dos tipos de suporte para apoio as NEEs.

Percebe-se, as estratégias que exigem ações de natureza administrativa, política e ou financeiras são enquadradas em adaptações curriculares de grande porte ou significativa. No entanto, as adaptações curriculares de pequeno porte ou não significativas envolve ações mais pontuais e de menor ajustes, envolvendo o contexto de sala de aula para acesso ao currículo, dessa forma planejadas e aplicadas pelo educador com cooperação dos demais agentes educacionais (Piza, et. al., 2020).

Diante do exposto, esse primeiro volume delineou o direcionamento que deve ser construído para que um plano educacional individualizado possa ser pensando conjuntamente.

Assim, no contexto da inclusão escolar o plano educacional individualizado pode auxiliar na coordenação entre as ações pedagógicas e as redes de serviços de apoio necessário mediante a abordagem colaborativa.

REFERÊNCIAS

Al-Azawei, A., Serenelli, F., & Lundqvist, K. (2016). Universal Design for Learning (UDL): A Content Analysis of Peer Reviewed Journals from 2012 to 2015. *Journal of the Scholarship of Teaching and Learning*, 16(3), 39–56.

Aranha, M.S.F. (2000) Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEE.

Aranha, M.S.F. (2000) Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: MEC/SEE.

Brasil. Ministério da Educação (2018). Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC,

Brasil, Ministério da Educação. (1996) Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 23-12-96.

Brasil, Ministério da Educação. (2015) Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 de julho de 2015.

Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2008) Política Nacional de Educação Especial. Brasília.

Corbett.J (2003) Supporting Inclusive Education A connective pedagogy. London and New York

Da Silva S., R. et al. (2020) Adaptação curricular para educação inclusiva. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 1, p. 2216-2226.

Da Silva S.; Gabrielle L.; Camargo, S. P. H. (2021) Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. Revista Educação Especial (UFSM), v. 34, p. 49-1-23.

Da Silva Costa, D.; Schmidt, C. (2019). Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: uma análise conceitual. Cadernos de Educação, n. 61.

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. (2021) O impacto da pandemia da COVID-19 no aprendizado e bem estar das crianças.

Gargiulo, R. M. (2003) Education on contemporary society: an introduction to exceptionality. Thomson Learning: United Station.

Ianes, D. Macchia, V. (2014) A didática para as necessidades educacionais especiais: estratégias e boa prática de apoio inclusivo guia para educação especial. São José dos Campos. Pulso Editora.

Idol, L.; Nevin, A.; Whitcomb, P. P. (2000) Collaborative Consultation. Austin: Pro-ed.

Kassar, M. de C. M. (2011) Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em revista, n. 41, pág. 61-79.

Kawpworth, T. J. (2003). Collaborative consultation in the schools: effective practices for students with learning and behavior problems. New Jersey: Merrill Prentice Hall.

Machado, A. C.; Bello, S. F. & Capellini, S. A. (2021). Consultoria Colaborativa no Ambiente Escolar. São José do Rio Preto, 20p.

Mendes, E. G. (2006) A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista brasileira de educação, v. 11, n. 33, p. 387-405.

Mendes, E. G. (2010) Inclusão marco zero-começando pelas creches. Junqueira&Marin Editores.

Mitchell, D. (2014) What really works in special and inclusive education: Using evidence-based teaching strategies. Routledge.

Nelson, L. L. (2013). Design and deliver: planning and teaching using universal design for learning. Baltimore, Paul. H. Brookes Publishing Co.,p. 151

Neto, A. de O. S.et al. (2018) Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92.

Pinto, C. L. L. & Leite, C.A. (2014). Trabalho Colaborativo: um conceito polissêmico/Collaborative Work: a polysemic concept. CONJECTURA: filosofia e educação, v. 19, n. 3, p. 143-170.

Piza, C.T; Gomes, R.T.M; Mata, M.F. & Nikaedo, C. (2020). As contribuições da neuropsicologia escolar para as adaptações curriculares. In: Fonseca, R.P., Seabra, A.G.; Miranda, M. C. (2020) Neuropsicologia escolar. São Paulo. Person.

Rose, D. H.; Meyer, A. (2002) Teaching every student in the digital age: Universal design for learning. Alexandria: ASCD.

Rix, J., Hall, K., Nind, M., Sheehy, K. & Wearmouth, J. (2009) 'What Pedagogical Approaches Can Effectively Include Children with Special Educational Needs in Mainstream Classrooms? A Systematic Literature Review', Support for Learning, 24 (2).

Santana, R.de S.; Elias, M.C.C. da, Silva, G.R de A.; Coutinho, D.J.G (2020) Adaptação curricular para educação inclusiva Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 1, p.2216-2226

Tannús-Valadão, G.; Mendes, E. G. (2018). Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação , v. 23.

Unesco (2004) Changing teaching practices: using curriculum differentiation to respond to pupils diversity. Unesco Paris.

UNESCO. The Salamanca statement and framework for action on special needs education, adopted by the World Conference on Special Needs Education: access and quality, Salamanca, 7-10 June 1994 (1994)/ Necessidades Educativas Especiais: Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais. Lisboa: IIE. Inovação, 7, n. ° 1, separate.

Unesco (1994) Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, Corde.

Zerbato, A. P.; Mendes, E. G. (2018) Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, vol. 22, núm. 2, pp. 147-155